



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS E
DIVERSIDADE - DECMSD
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

MARILSA DE ALMEIDA CORDEIRO LIMA

**DESAFIOS DA ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES
INDÍGENAS COM DEFICIÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE:
UM ESTUDO COMPARATIVO**

SEROPÉDICA

2019



MARILSA DE ALMEIDA CORDEIRO LIMA

**DESAFIOS DA ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES
INDÍGENAS COM DEFICIÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE:
UM ESTUDO COMPARATIVO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro como requisito essencial para a obtenção do Grau de Licenciado em Educação do Campo.

Orientador: Prof. Dr. Allan Rocha Damasceno

SEROPÉDICA

2019

A Deus, autor e consumidor da minha fé, sem Ele nada do que foi feito seria possível, pois nos momentos mais difíceis ele me sustentou. Aos meus filhos Thiago e Renan.

Em memória aos meus pais; Cezário Soares Cordeiro e Francisca de Almeida Cordeiro, pois sei o quanto eles ficariam felizes com esta conquista.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por ter-me permitido chegar até aqui, sustentando-me e dando-me forças para que eu não desistisse no meio do caminho, pois não foi fácil.

Meus sinceros agradecimentos ao meu professor e orientador, Doutor Allan Damasceno, por ter acreditado no meu projeto de pesquisa, por ter me ajudado a romper barreiras do aprendizado e, principalmente, pelo incentivo para que eu pudesse continuar minha pesquisa. Quero agradecer também aos meus filhos, Thiago e Renan, pelo incentivo, acreditando na minha capacidade. Por fim, agradeço aos amigos que fiz durante essa jornada, que muito me ajudaram em minhas dificuldades, sendo um apoio.

Não posso deixar de agradecer a todos os professores que tive durante o curso, que contribuíram grandemente para o meu aprendizado.

“O preconceito exclui pessoas com deficiência, mas a educação é a chave para mudanças.”

Vivian Alt.

“Promover educação de qualidade para crianças com deficiência é um mecanismo para garantir sua liberdade de viver uma vida autônoma, para ser visto por outras pessoas como iguais e para verem a eles próprios como cidadãos e indivíduos plenamente capazes.”

Amartya Sen

“Abre a tua boca a favor do mudo, a favor do direito de todos os desamparados. Abre a tua boca; julga retamente, e faz justiça aos pobres e aos necessitados.”

Provérbios 31:8-9

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é debater no âmbito da educação escolar contemporânea a inclusão de estudantes indígenas com deficiência nas escolas brasileiras. O trabalho visa expor os históricos quanto ao tema, apresentando as dificuldades e avanços no campo político citando não só as leis e decretos que viabilizam o processo de inclusão, mas também as bibliografias competentes na discussão quanto ao tema, para traçar um estudo sólido na perspectiva do problema. O presente trabalho problematizou as fronteiras da educação indígenas e educação especial, com isto, abordamos os desafios enfrentados pelos indígenas com deficiência, especificadamente a situação de uma indígena com deficiência que vive em Brasília, assim como relatos de alguns professores que lecionam em escolas indígenas. Procuramos a partir destes relatos e pesquisas, de maneira sucinta, mostrar as dificuldades enfrentadas por estes indivíduos, apontando as características de suas comunidades e as questões culturais, discutindo sua visão quanto ao tema educação especial indígena. A partir deste estudo nosso objetivo foi de analisar como os dispositivos legais abordam o processo de inclusão deste público-alvo. Desse modo, apresentamos o histórico e o desenvolvimento da educação especial na perspectiva da educação inclusiva e da educação indígena e a fim de dialogá-las. Para isso, utilizamos pesquisas que abordam esta temática.

Palavras chaves: Inclusão; Educação Especial; Educação Indígena; Deficiência.

RESUMO.....	5
APRESENTAÇÃO.....	7
FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.....	9
Objetivo: geral e específicos.....	10
1. PROCESSOS HISTÓRICO-POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E DA EDUCAÇÃO INDÍGENA.....	11
1.1 Educação Especial: culturas, políticas e práticas.....	11
1.2 Educação Indígena: luta e resistência.....	14
2. EDUCAÇÃO ESPECIAL INDÍGENA: TRAJETÓRIAS E DESAFIOS.....	21
3. DIFICULDADES VIVÊNCIADAS PELOS PROFESSORES DAS ESCOLAS INDÍGENAS E PELOS ESTUDANTES INDÍGENAS COM DEFICIÊNCIA.....	26
3.1. Concepção metodológica do Estudo.....	26
3.2. Caracterização dos sujeitos da pesquisa.....	27
3.3. Análise de dados e discussões.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS.....	34
ANEXOS.....	36

APRESENTAÇÃO

Antes de problematizar o tema é importante ressaltar a minha motivação sobre a pesquisa. Sou missionária e técnica de enfermagem, motivo pelo qual me possibilitou estar em contato com os indígenas. Em uma dessas visitas, me questionei sobre o que poderia fazer para ajudar não só com o meu trabalho profissional. Foi então que percebi a necessidade de voltar a estudar para conhecer de uma forma mais acadêmica os indígenas, o que resultou em fazer o vestibular e ingressar no curso de Licenciatura em Educação do Campo, já que o mesmo é voltado para movimentos sociais e povos tradicionais a partir de um currículo que nos leva a pensar inclusão e refletir sobre estas realidades sociais.

A escolha do tema se deve ao fato de querer contribuir para a causa indígena. Após as aulas de Educação Especial com o professor Allan Damasceno, o interesse pelo tema diversidade e inclusão foi despertado, as aulas nos levaram a refletir de uma forma bem clara a temática sobre inclusão de pessoas com deficiência.

Em uma de minhas viagens à Brasília, conheci uma indígena com deficiência e observei sua mãe empurrando sua cadeira de rodas em uma rua esburacada e pensei o que tem publicado sobre o tema, pois se os indígenas já encontram dificuldades, como será o processo de inclusão em educação de estudantes indígenas com deficiência. Com o auxílio do meu orientador, decidi investigar e pesquisar as ações realizadas no âmbito escolar para incluir os estudantes indígenas com deficiência.

Assim sendo, espero que esta pesquisa possa contribuir para que este tema venha a ser debatido nos órgãos competentes. Foi a partir de então que comecei a participar do GT (Grupo Temático) Educação Especial e Diversidade, sob orientação do professor Allan, que me desafiou a fazer a referida pesquisa, confesso que foi bem gratificante, enriquecedor e ao mesmo tempo desafiador.

Nosso objetivo com esta pesquisa é debater no âmbito da Educação Escolar contemporânea a inclusão na educação de estudantes indígenas com deficiência, já que ao procurar pesquisas relativas ao assunto, muito pouco foi encontrado. Portanto se faz necessário que algum material seja produzido para que possa servir de norte para futuros pesquisadores. Tentaremos, com base em literatura específica da área, problematizar as fronteiras da Educação Indígena e Educação Especial, fazendo assim uma interface entre Educação Indígena e a Educação Especial. Abordaremos os desafios enfrentados pelos indígenas com deficiência,

esclarecendo assim a falta de material produzido, pois o que entendemos que por ser um tema complexo e pouco abordado, este processo acaba sendo invisibilizado no âmbito das pesquisas. O que “dificultou” este trabalho é exatamente a lacuna que existe nas pesquisas sobre inclusão de indígenas com deficiência.

Ao longo do presente trabalho dialogamos com alguns estudos da Educação Indígena e Educação Especial. Utilizando as duas modalidades citadas acima, tomaremos como análise as narrativas de uma indígena com deficiência da etnia *Kamayurá* do Xingu, que nasceu com distrofia muscular de cintura que a impossibilita de andar e que fora incluída aos sete anos no processo educacional. Apresentamos também um relato da indígena de uma indígena da etnia *Suruwaraa* fim de compreender este processo.

É importante ressaltar que esta monografia é resultado de trabalho de pesquisa do curso de Licenciatura Em Educação do Campo em dois períodos do Tempo Comunidade, sendo apresentado como Trabalho Integrado (TI), dentro da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A pesquisa realizada também resultou num trabalho aprovado e apresentado na Semana de Educação do Campo na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Desse modo, a partir das leituras de artigos, livros e pesquisas relacionados ao tema tanto de educação indígena como de educação especial tentaremos problematizar como ocorre à inclusão destes estudantes.

Ao pesquisar o referido tema nos deparamos com a falta de material produzido sobre a questão da inclusão de indígenas com deficiência nas escolas, Sá e Caiado (2015, p.123) citam em sua pesquisa que, “os poucos trabalhos encontrados dentre a produção científica em educação indígena divulgada no país nos últimos anos revelam um silenciamento acadêmico e apontam, ainda, o quanto estamos longe de pensar a educação especial como direito universal.”

Este é um fato que traduz a invisibilidade desse povo. Com isso tentaremos trazer para este debate os fatores que dificultam esta inclusão, pois, “Há um longo caminho a percorrer, existe a resistência de muitos professores, o interesse de poucos, a morosidade e o descaso das políticas públicas [...]” (MATTOSO, 2015, p.27).

Este trabalho aborda a inclusão de indígenas com deficiência nas escolas. Ao observar uma indígena com dificuldade de locomoção em Brasília surgem as perguntas que nos fazem refletir acerca das dificuldades enfrentadas não só pelos indígenas com deficiência, mas de todos que enfrentam a mesma situação, pois, em uma cidade onde funciona o Palácio do Planalto sede do Poder Executivo Federal, que tem a função de administrar os interesses do povo não existem melhores condições para a acessibilidade pessoas que utilizam cadeira de rodas e com outros tipos de deficiência. Desse modo, como funciona a inclusão de indígenas com deficiência nas escolas? Onde estão estes indígenas? Quem são eles? Porque somente tão recente começa a abordagem do referido assunto? Acreditamos que com pesquisas como esta começaremos a dar uma visibilidade a estas pessoas.

Sabemos que o processo da inclusão escolar no Brasil foi durante muito tempo discutido na perspectiva da população em sua totalidade, principalmente, de acordo a com vulnerabilidade socioeconômica. Segundo o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), até 1950, mais da metade da sociedade brasileira era analfabeta, ainda que movimentos pró-escolarização buscassem aplicar e democratizar a educação como um todo.

O que era privilégio torna-se direito, porém os desafios continuam perante as dificuldades da legitimação das políticas educacionais. Nessa perspectiva, são muitos os grupos excluídos. E quando se aborda a inclusão de pessoas com deficiência essa dificuldade se intensifica no debate sobre a Educação Especial. É importante ressaltar que o problema aumenta quando se trata da educação inclusiva para indígenas.

Atualmente a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, assegura o acesso às pessoas com deficiência nas instituições de ensino em todos os níveis garante o acesso e a permanência deste público-alvo. A partir da trajetória histórica da luta sobre a inclusão de pessoas com deficiência, observamos que a Educação Especial existe desde a época do Império na proposta do Instituto Imperial dos Meninos Cegos. Porém, ainda que existam políticas públicas, tem sido um grande desafio garantir a permanência desses estudantes junto aos que não possuem deficiência, desse modo:

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos. (BRASIL, 2008, p.141)

Embora a Educação Especial não tenha as mesmas especificidades da Educação Indígena, assim como a do campo e quilombola, as duas têm uma ligação entre si e por isso devem garantir a presença de recursos, serviços e atendimento educacional nos projetos pedagógicos construídos nas diferenças existentes nesses grupos sejam elas sociais, econômicas ou culturais.

Objetivos - geral e específicos

O objetivo geral desta pesquisa é problematizar no âmbito da educação escolar contemporânea a inclusão de estudantes indígenas com deficiência, nas instituições de ensino escolar brasileira, caracterizando as fronteiras da Educação Indígena e da Educação Especial, produzindo conhecimento para que seja referência em pesquisas futuras.

Os objetivos específicos da pesquisa são:

- Apresentar um histórico da Educação Especial e da Educação Indígena no Brasil a partir de seus contextos históricos e políticos.
- Caracterizar o processo de inclusão de estudantes indígenas com deficiência;
- Identificar as dificuldades e as barreiras vivenciadas por estes estudantes;
- Contribuir para o debate sobre inclusão de estudantes indígenas com deficiência.

“Numa democracia, quem defende ideais contrários à emancipação [...] é um antidemocrata”

1. PROCESSOS HISTÓRICO-POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E DA EDUCAÇÃO INDÍGENA

Partindo do pressuposto que podemos encontrar no passado contribuições que nos fazem entender o presente, busca-se construir o cenário histórico-político da perspectiva inclusiva da Educação Especial e da Educação Indígena, que através de tessituras nos possibilite desbarbarizar o atual cenário da educação.

1.1 Educação Especial: culturas, políticas e práticas.

Não podemos abordar a Educação Especial Indígena sem antes mencionar o que deu início a toda essa discussão, a Educação Especial, tema que no Brasil começou a ganhar destaque no período imperial, quando surgiu a necessidade de se criar instituições que pudessem atender pessoas com deficiência visual e surdez. Assim, em 1854, foram criados o Instituto dos Meninos Cegos, hoje conhecido como Instituto Benjamin Constant (IBC) e o Instituto dos Surdos-Mudos (INES). Em 1926, cria-se o Instituto Pestalozzi, especializado em atender pessoas com deficiência mental.

Em 1954 tem-se a primeira associação de pais e amigos dos excepcionais e no mesmo ano, o primeiro atendimento educacional às pessoas com superdotação na sociedade Pestalozzi. Somente no ano de 1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial. Apesar de todas as tentativas de beneficiar as pessoas com deficiência, ainda não há um trabalho de inclusão das crianças com deficiência nas classes regulares.

Segundo a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p.9), “[...] considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade”, e a proposta de uma Educação Especial na perspectiva de uma educação inclusiva, passa por questões que visam quebrar o caráter segregacionista¹ da Educação Especial, pois limitar os estudantes a espaços isolados não contribui para o desenvolvimento do processo educacional. Mas para que

¹O processo de segregação na Educação Especial se refere às instituições e as classes especializadas que separavam o indivíduo com deficiência nas escolas e classes regulares.

uma educação seja realmente inclusiva, é necessário condições reais para que um estudante com necessidades específicas possa permanecer na sala de aula com os demais estudantes.

Iniciativas no âmbito político e social são tomadas para que a inclusão de estudantes com deficiência seja realizada de fato, melhorando assim, as leis já existentes. Diante disso não podemos deixar de falar dos dispositivos legais de grande importância para a Educação Especial: Declaração de Salamanca, que diz: “o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter [...] ”; Lei n.º 9394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira no artigo 4º, inciso II que torna obrigatório o atendimento educacional especializado gratuito aos alunos com deficiência.

Art. 4º. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

II – Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino; (MEC. Lei n.º 9394/1996)

Além desses dispositivos legais, é importante destacar o Plano Nacional de Educação/CNE/2000, a Resolução n.º 2/CNE/CEB/2001, que estabelece objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades especiais e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015), que fora editada em 6 de julho de 2015 que em seu Art. 1º:

ART. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência) destinada a assegurar e a promover condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania. (Lei 13.146/2015. PLANALTO, 2015)

Ainda nesse contexto, é importante ressaltar a fala do diretor da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), Anthony Lake, uma vez que retrata a realidade acerca da inclusão e o quanto é necessário reunir dados e pesquisas para embasar os direitos de todas as pessoas com deficiência. Quanto maiores às discussões sobre o assunto, mais políticas públicas serão criadas, sendo imprescindível, porém, que tais projetos saiam do papel, segundo Lake:

Crianças com deficiência são perfeitamente capazes de superar barreiras que dificultam sua inclusão, ou ocupar o lugar a que têm direito como participantes da sociedade em igualdade de condições, e enriquecer a vida de sua comunidade. No entanto, para um número imenso de crianças com deficiência, a oportunidade de participar simplesmente não existe. Com enorme frequência, crianças com deficiência estão entre as últimas a receber recursos e serviços, principalmente nos locais onde tais recursos e serviços já são escassos. Com enorme constância, são objeto

simplesmente de pena ou, ainda pior, de discriminação e abusos. As privações que crianças e adolescentes com deficiência enfrentam constituem violações de seus direitos e do princípio de equidade, que trazem implícita uma preocupação com a dignidade e os direitos de todas as crianças – inclusive os membros mais vulneráveis e marginalizados da sociedade. Como está documentado neste relatório, a inclusão de crianças com deficiência na sociedade é possível – mas exige primeiro uma mudança de percepção, um reconhecimento de que crianças com deficiência têm os mesmos direitos de todas as outras; de que essas crianças podem ser agentes de mudança e de autodeterminação, e não meros beneficiários de caridade; que suas vozes devem ser ouvidas e merecem atenção na elaboração de políticas e programas. Nós contribuimos para sua exclusão quando não conseguimos reunir dados suficientes para subsidiar nossas decisões. Quando ignoramos essas crianças, deixamos de ajudá-las a ser consideradas em todos os aspectos de sua sociedade. Felizmente, progressos vêm acontecendo, ainda que de maneira desigual. Este relatório não só analisa os desafios que devem ser enfrentados para garantir que crianças com deficiência tenham justo acesso a serviços aos quais têm direito, mas também explora iniciativas promissoras em áreas como saúde, nutrição, educação e programas emergenciais – e na coleta e análise de dados necessárias para aprimorar políticas e operações em todas essas áreas. Outros capítulos discutem também princípios e abordagens que podem ser adaptados para avançar no processo de inclusão dessas crianças. Em algum lugar, alguém está dizendo a um menino que ele não pode brincar porque não consegue andar; a uma menina que ela não pode aprender porque não consegue enxergar. Esse menino merece uma oportunidade para brincar. E todos nós ganhamos quando essa menina, e todas as crianças, conseguem ler, aprender e contribuir. O caminho a percorrer será desafiador. Mas crianças não aceitam limites desnecessários. Nós também não deveríamos aceitar. (UNICEF, 2015)

Neste sentido, podemos dizer que toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, tem como propósito impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas com deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais. Diante as questões apresentadas sobre o preconceito, Vivian Alt(2015,p.1) afirma que: “O preconceito exclui pessoas com deficiência, mas a educação é a chave para mudanças”. Infelizmente, apesar de todos os esforços para que isso não aconteça, vivemos em um país onde o preconceito ainda é praticado. Porém se houver uma educação voltada para a emancipação, este quadro poderá ser mudado.

Neste sentido, a educação é a chave para mudanças. Garantir educação para meninos e meninas com deficiência promove a noção de cidadania e um senso de compartilhamento de direitos com pessoas [...] como defendido pelo ganhador do prêmio Nobel Amartya Sen, promover educação de qualidade para crianças com deficiência é um mecanismo para garantir sua liberdade de viver uma vida autônoma para ser visto por outras pessoas como iguais e para verem a eles próprios como cidadãos e indivíduos plenamente capazes. (DIÁRIO DA INCLUSÃO, 2018)

O número de estudantes indígenas em turmas de Ensino Médio ainda é muito reduzido. Isto significa que centenas de jovens indígenas ainda têm que migrar para as cidades em busca do Ensino Médio, enfrentando inúmeras situações de risco social. (SECAD, 2007, p.29) Isso se deve pelo fato de haver, infelizmente, professores despreparados, falta de acessibilidade, discriminação e ausência de apoio pedagógico adequado fazendo com que os estudantes

enfrentem reprovações sucessivas e desistam de estudar. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), das mais de 146 mil escolas de ensino fundamental, apenas 35 mil estavam adaptadas para atender as necessidades básicas desses estudantes, o que implica na construção de rampas, vias de acesso, banheiros adaptados e a instalação de elevadores em número suficiente.

Por isso, se faz necessário discutir ações e políticas que possam assegurar de fato a permanência dos estudantes nas escolas regulares de ensino, pois vivemos num momento em que o processo de inclusão precisa ser efetivado em sua prática.

1.2. Educação Indígena: luta e resistência.

As primeiras experiências sobre Educação Indígena surgem na época do Brasil Colônia com os jesuítas que são considerados os primeiros educadores em solo brasileiro, embora os povos que aqui habitavam, principalmente os adultos, já fossem detentores de conhecimento. Assim, os padres jesuítas passaram a investir nas crianças, pois sabiam que elas eram fáceis de alcançar e, posteriormente, seriam educadas com as crianças europeias. Na época da colonização, a integração dos indígenas à dominação cultural social, constitui parte do projeto dos colonizadores.

Na chegada dos europeus ao Brasil, a população indígena era estimada. Em mais de 5 milhões. Em 2010, dados do censo demográfico mostraram que cinco séculos de extermínio e cruel descaso revelam a acirrada luta pelas terras e riquezas em área ocupada originalmente por povos indígenas. (SÁ e CAIADO, 2015, p.115)

Não se pode ignorar que no contexto da Educação Indígena é preciso considerar a cultura que cada etnia possui, pois uma está ligada a outra. Para a autora, ainda existem muitas barreiras a serem vencidas. É necessário garantir ao aluno surdo o direito linguístico, isto é, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que precisa ser revisto nas comunidades indígenas. No entanto, o fato de as crianças indígenas frequentarem a escola já é considerado um avanço, porque, até então, elas ficavam escondidas em suas moradias, porém é necessário garantir: “O direito a educação escolar de todas as pessoas, inclusive aquelas que possuem algum tipo de deficiência, compreende as dimensões de matrícula, permanência acesso ao currículo, participação social e formação humana. (SÁ e CAIADO, 2015, p.116)

Como observado, a introdução da escola para povos indígenas é concomitante ao início do processo de colonização do país. A escola aparece primeiramente como instrumento privilegiado para a catequese, depois para formar mão de obra e, por fim, incorporar os índios definitivamente à nação como trabalhadores nacionais, desprovidos de atributos étnicos e culturais. Precisamos considerar que:

Os colonizadores não compreenderam e não reconheceram as culturas locais, padronizando a população por um único nome, todos eram índios. As riquezas culturais e mesmo as formas aparentes no vestuário, nos corpos, nas pinturas, nas danças eram quase que imperceptíveis aos recém-chegados europeus que se consideravam membros de uma sociedade civilizada. As denominações índios e silvícolas ainda estão na legislação brasileira. Pouco se conheceu e se compreendeu, na época dos descobrimentos, das sociedades e das culturas indígenas; esses povos eram nominados incivilizados, por não representarem os padrões vigentes para os conquistadores europeus [...] (FERREIRA, 2015, p.156)

Conforme dispõe o artigo 78 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os objetivos da educação escolar indígena são os seguintes:

[...] proporcionar aos indígenas, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências e também garantir aos indígenas, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos e técnicos da sociedade nacional e demais sociedade nacionais indígenas (BRASIL,1996).

Segundo o censo de 2005, foram identificadas 2.323 escolas indígenas, com normas e ordenamento jurídico próprio definido pelo Parecer n. 03/99 do Conselho Nacional de Educação, onde estudam 163.693 alunos, mas, somente em 1991, surge uma política de uma educação diferenciada, que é pautada exatamente no reconhecimento e valorização étnica de mais 220 povos indígenas.

Considerando que existem, no Brasil, 274 línguas indígenas diferentes, com culturas distintas, começou a haver lutas para garantir o direito de uma escolarização bilíngue. Nesse sentido, o presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no artigo 1º e no artigo 6º da resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999, resolve:

Art. 1º - estabelecer, no âmbito da educação básica, estrutura e o funcionamento das escolas indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprio e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngue, usando a valorização plena das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade.

Art. 6º - A formação dos professores das escolas indígenas será específica, orientar-se-á pelas diretrizes curriculares nacionais e será desenvolvida no ensino das

instituições formadores de professores. (MEC, 1999)

Ao observar esses dois artigos, nota-se o quanto é necessário que a educação voltada ao indígena seja totalmente diferenciada, pois esses alunos precisam ser incluídos, respeitando, porém, a sua língua, sendo esse o maior desafio. Outra questão é a social, que envolve cada etnia e a forma como são tratados os indígenas com deficiência.

Até 1991, a educação escolar indígena era atribuição da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que é órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, criado por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculado ao Ministério da Justiça. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil.

A FUNAI promove estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, monitorar e fiscalizar as terras indígenas, além de coordenar e implementar políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados. Compete-lhe, ainda, a promoção de políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas, como a conservação e a recuperação do meio ambiente nas terras indígenas, além de atuar no controle e mitigação de possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas.

A FUNAI tem competência para estabelecer a articulação interinstitucional voltada à garantia do acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania aos povos indígenas, por meio do monitoramento das políticas voltadas à seguridade social e educação escolar indígena, bem como promover o fomento e apoio aos processos educativos comunitários tradicionais e de participação e controle social. Está orientada por diversos princípios, destacando-se dentre eles o reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas, buscando o alcance da plena autonomia e autodeterminação dos povos indígenas no Brasil, contribuindo para a consolidação do Estado democrático e pluri étnico.

Dessa forma, observa-se que a lei garante a educação escolar dos índios, que deve ser diferenciada. 5.1. Características da Escola Indígena 5.1.1. Comunitária: Porque conduzida pela comunidade indígena, de acordo com seus projetos, suas concepções e seus princípios. Isto se refere tanto ao currículo quanto aos modos de administrá-la. Inclui liberdade de decisão quanto ao calendário escolar, à pedagogia, aos objetivos, aos conteúdos, aos espaços e momentos utilizados para a educação escolarizada. 5.1.2. Intercultural: Porque deve reconhecer e manter a diversidade cultural e linguística; promover uma situação de comunicação entre experiências socioculturais, linguísticas e históricas diferentes, não considerando uma cultura superior à outra; estimular o entendimento e o respeito entre seres humanos de identidades étnicas diferentes, ainda que se reconheça que tais relações vêm ocorrendo historicamente em contextos de desigualdade social e política. (RCNEI, 1998, p. 24)

Observa-se acima que essa lei é um grande avanço para os professores indígenas que vem afirmando a necessidade de contarem com currículos mais próximos de suas realidades e mais condizentes com as novas demandas de seus povos. Uma educação mais participativa com a comunidade e autonomia em relação ao currículo poderá melhorar o entendimento dos alunos indígenas e dos próprios professores.

Os objetivos da educação escolar indígena visam valorizar os povos indígenas, respeitando sua língua e cultura, além de outros aspectos importantes, assim elencados no artigo 78 da LDB:

1 - Proporcionar aos indígenas, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências.

2 – Garantir aos indígenas, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas. (BRASIL, 1996).

Essa é uma forma de valorizar, recuperar e preservar suas memórias, línguas, culturas e tradições vivas. Assim é possível reafirmar suas identidades, deixando de se limitar a educação da sociedade em geral. Sendo possível uma educação mais específica.

A Educação Escolar Indígena vive hoje impasses com relação à efetivação do que está garantido em diversos textos legais e normativos. É necessário refletir sobre quais alternativas podem ser propostas para acelerar o processo de desenvolvimento da educação escolar indígena sob os princípios da interculturalidade e do bilinguismo ou multilinguismo, a fim de resolver questões como: i) a falta de regulamentação sobre o regime de colaboração que rege a relação entre as três esferas de governo) a descontinuidade da ação dos sistemas de ensino, a dificuldade de estabelecer um diálogo intercultural, ouvindo e compreendendo as perspectivas indígenas) problemas de gestão que mantêm as escolas indígenas sem receber insumos básicos para seu funcionamento, como merenda escolar e material didático; iv) falta de transparência na aplicação dos recursos públicos (SECAD, 2007, P.32)

Apesar de tantas políticas para assegurar os direitos da educação escolar indígena, observamos que a efetivação delas atravessa grandes dificuldades, pois os problemas encontrados são:

falta de contratação de professores e de material didático específico, estrutura física inadequada (livros fora da realidade), diário de classe muito técnico, falta de conhecimento de currículo, de formação e (a dificuldade de) manter alunos por quatro horas dentro da sala de aula. Transporte para deslocamento, sistema de avaliação inadequado, falta de conhecimento das leis, a força da burocracia nas escolas, dificuldade em desenvolvimento curricular, falta de participação dos professores nas decisões. Professores Bororó, MT. (BRASIL1998, p. 42)

A primeira Conferência nacional de Educação Escolar Indígena aconteceu nos dias 16 a 20 de novembro de 2009, na cidade de Luziânia em Goiás, com 800 representantes dos 250 povos que ainda remanesçam no Brasil e que se reúnem para discutir os rumos da educação escolar indígena, reunindo também especialistas, professores, alunos e comunidades indígenas de todo o país. O objetivo do CONEEI é avaliar a realidade da educação escolar indígena brasileira ofertada em 2.480 escolas e consolidar e melhorar a qualidade do ensino aos indígenas.

Esse encontro é uma parceria entre o Ministério da Educação, FUNAI, CONSED (Conselho Nacional de Secretários da Educação) e UNDME (União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação). Segundo a organização, há toda uma mobilização em cada território, já que cada povo traz sua própria proposta, elaboradas de acordo com a necessidade de cada comunidade indígena.

São contabilizados vários encontros em torno de 1.862 comunidades escolares, totalizando 18 conferências regionais, onde os temas debatidos formam as diretrizes para educação escolar indígena, territorialidade e autonomia dos povos indígenas: práticas pedagógicas, gestão e financiamento, participação e controle social.

Um dos temas debatido e sugerido é a diversidade que deve ser refletida nos livros didáticos indígenas. Marivaldo Bosco, representante do povo Parintins, afirmou que: “Nós do povo Parintins sempre defendemos que os livros didáticos mostrem traços mais específicos de cada povo.” (PORTAL DO MEC, 2009).

Chama a atenção a fala do professor indígena Joaquim Maná do povo Hunicuin, também chamado de Caxinaua, localizado no Acre, onde expõe que: “Essa conferência não acontece por acaso. Ela vai ajudar a definir quem somos nós, o que queremos ensinar e aprender.” Ele defende a participação dos sábios das aldeias no ensino. (PORTAL DO MEC, 2009.)

Nos dias 19 a 22 de março de 2018, realizou-se outra conferência do CONEEI, contando com a presença de 600 indígenas gestores e apoiadores e mais noventa convidados. Esse encontro foi considerado uma conquista do movimento indígena, mas também pode ser percebido um desânimo, pois a falta de interesse do governo em promover uma educação diferenciada é bem notória. Nessa conferência, foram aprovadas 25 propostas que reafirmam a vontade das comunidades indígenas e a inércia do estado em cumprir os acordos estabelecidos. São destacadas duas dessas propostas, acerca da educação escolar de indígenas, inclusive daqueles com deficiência nas escolas – as propostas 20 e 25:

20 - Que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios garantam e executem a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) com a contratação de professor(a) indígena auxiliar, além do apoio de equipes pedagógicas multiprofissionais nas escolas indígenas, de modo a atender aos estudantes indígenas com deficiências, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, ao longo de toda a Educação Básica, assegurando formação específica aos(as) professores(as) indígenas, uso das línguas de sinais indígenas em sala de aula, bem como acessibilidade e permanência, infraestrutura, equipamentos e materiais didáticos e paradidáticos específicos, mediante a consulta livre e esclarecida, respeitando as demandas de cada povo indígena.

25 - Os sistemas de ensino devem criar mecanismos específicos e apropriados, com a participação e protagonismo dos povos indígenas, para garantir a implementação e efetivação da Lei nº 11.645/2008 no âmbito da Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades, promovendo sua ampla divulgação, conforme prevê o art. 31 da Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). (II CONEEI, 2018, p. 20 e 25)

O CONNEI e a Lei nº 13.146/2015 tem o objetivo de assegurar e a promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania. Precisamos ressaltar que:

Existem legislações do século passado que garantem aos indígenas uma educação escolar nas suas línguas maternas, conforme previsto na constituição de 1988, além de processos próprios de aprendizagem”. (BRASIL,1988). É garantida também aos indígenas uma “educação escolar bilíngue e intercultural respeitando as diferenças na aprendizagem de cada comunidade (LDB, 1996).

No campo político, pode-se observar um avanço das políticas públicas que inauguram possibilidades e oportunidades no que se refere à inclusão de indígenas. Atualmente, existe um Comitê Nacional de Educação Indígena no MEC e um de seus objetivos é colocar em prática uma educação diferenciada, na qual se possa valorizar as diferentes culturas em benefício de diferentes etnias na perspectiva de suas especialidades. Nesse sentido, espera-se a melhora dos avanços acerca da inclusão de indígenas.

Não podemos deixar de citar a Carta Final do IX Encontro sobre Leitura e escrita em Sociedades Indígenas, – IX ELESÍ, realizado em Porto Seguro-BA, de 22 a 26 de outubro de 2012, que resultou em 62 propostas para melhorar a educação indígena, dentre elas, duas fazem referência a inclusão de indígenas com deficiência. Dentre as propostas, sinalizamos as que evidenciam o processo de inclusão de estudantes indígenas com deficiência, de acordo com o documento observamos que os objetivos são de:

- Promover formações de profissionais indígenas para trabalhar a questão da educação especial linguística e cultural dos povos indígenas;
- Possibilitar que professores das línguas indígenas ou atuantes na educação

escolar indígena tenham mais acesso às formações específicas na área;

- Promover cursos de especialização voltada para o atendimento à alunos com necessidades especiais;
- Considerando a realidade dos Povos Indígenas e o avanço no domínio de suas línguas, considerando em suas necessidades aqueles que são portadores de necessidades especiais, sugerimos que sejam possibilitados os seguintes direitos aos Portadores Nacionais Indígenas de Necessidades Especiais – PNE's:
- Acessibilidade à Educação Escolar Indígena para as crianças, jovens e adultos portadores de necessidades especiais;
- Possibilitar a formação escolar regular e profissionalizante para os PNE's indígenas;
- Facilitar o acesso às Políticas Públicas do país aos PNE's indígenas como forma de garantir a qualidade de vida destes;
- Promover a formação específica para os professores/profissionais que atuem na Educação Escolar Indígena com PNE's;
- Possibilitar/Garantir a acessibilidade aos Programas Federais, Estaduais e Municipais de saúde, educação, moradia, trabalho e lazer aos PNE's indígenas.
- Criar espaços para discussão dos povos indígenas sobre o acesso e a permanência do indígena com deficiência;
- Formação de professores para o atendimento às crianças especiais mantendo o suporte necessário; (ECLESI, 2012, p. 1)

O objetivo dessas propostas é com que os profissionais indígenas possam ser qualificados para atuar na educação especial linguística e cultural dos povos indígenas, fazendo com que os professores das línguas indígenas ou que já atuam na educação escolar indígena possam a ter mais acesso as formações específicas na área. Para que isso seja possível, é necessária a criação de cursos especializados para o atendimento aos alunos indígenas com necessidades especiais.

2. EDUCAÇÃO ESPECIAL INDÍGENA

Diante de todo o processo da educação desde o início da colonização, no qual muitas crianças indígenas ficavam de fora, vemos o quanto foi demorado à educação escolar indígena e quando se fala da inclusão das mesmas com deficiência, seja ela motora, visual, intelectual, etc, este processo se torna pior.

A educação indígena guarda estreita relação com a educação especial, mas de maneira bem complexa, conforme aponta o estudo feito por Andréia Cristina Silva de Jesus, no livro

“Educação Escolar Indígena, Diferença e Deficiência: (Re)Pensando Práticas Pedagógicas”. Uma das dificuldades relatadas pela autora na referida obra é o comportamento das comunidades indígenas em relação à pessoa com deficiência. Assim, a escola pode contribuir muito nesse sentido, mas também pode interferir no relacionamento dos alunos com a comunidade.

A partir desse contexto o que precisa ser realizado é um trabalho de esclarecimento junto à comunidade, ressaltando também a necessidade de que professor a e escola tenham contato com a família indígena. Se há uma escola indígena com uma educação diferenciada a família indígena passa a confiar no professor.

De acordo com Sá e Caiado (2015), houve um aumento significativo do número de indígenas com deficiência nas escolas, o que mostra há um longo caminho a percorrer, pois como podemos observar da chegada dos jesuítas no Brasil, quando começou o ensino, propriamente dito, já se via a diferença que se fez, índio estudava junto com a catequese. As escolas não foram feitas para os indígenas, mas, sim para os povos colonizadores. Com a promulgação da Constituição de 1988, esse quadro a ser alterado, pois é apresentado o direito a educação de pessoas com deficiência, principalmente no ensino regular, como observado na leitura dos artigos 205, e 208 da Carta Magna:

A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Art. 205 da Constituição Federal de 1988)

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (Art. 208 da Constituição Federal, inciso III)

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988, já era mencionado na constituição de 1946: “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola”. E na Constituição de 1969, no artigo 176: “A educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais da liberdade e solidariedade humana, é direito do estado, e será dada no lar e na escola”. No Artigo 208, também de 1988, pode-se notar o seguinte: “Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Observando esses artigos, podemos entender a importância do AEE, onde menciona que o professor deve adaptar seu método de ensino a cada aluno, dependendo da forma com que cada um aprende, bem como possibilitar o acesso e a participação na aprendizagem, sendo desta

maneira um grande benefício aos alunos com deficiência, este mesmo atendimento pode identificar e elaborar os recursos pedagógicos e de acessibilidade a serem utilizados.

Esses artigos revelam o dever do Estado de garantir a oferta do Atendimento Educacional Especializado, mas em paralelo, pois o objetivo é que realmente haja uma inclusão. Nesse sentido, é possível verificar pelos dados do censo que se conseguiu contribuir para a elaboração de políticas educacionais. Os dados que serão apresentados foram coletados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), no período de 2009 a 2010:

ENSINO REGULAR	CEGO	BAIXA VISÃO	SURDEZ	DEF. AUDITIVA	SURDO/CEGO	DEF. FÍSICA	DEF. INTELCT	DEF MULTIPLA	TOTAL
2007	1	66	21	39		49	87	17	80
2008	8	60	38	49	1	54	33	18	61
2009	1	61	44	61	2	5	72	27	53
2010	2	100	73	99	1	42	60	49	36
EDUCAÇÃO ESPECIAL									
2007	2	12	33	26		1	37	6	37
2008	5	14	31	34	2	5	6	6	13
2009	-	-	2	2	-	-	1	1	6
2010	-	4	1	5	-	8	21	4	3
EJA									
2007	2	111	1	8	-	9	2	19	72
2008	3	35	3	4	1	4	8	5	3
2009	-	16	3	6	-	8	6	3	2
2010	2	37	4	12	-	7	0	0	

Tabela 1: Quantitativo de estudantes com deficiência no Ensino Regular e na Educação Especial (mec/inep censo escolar da educação escolar básica: microdados 2007, 2008, 2009 e 2010)

Analisando o gráfico nota-se que de 2007 a 2010 houve um crescimento de alunos com deficiência no ensino regular, com exceção dos que possuem deficiências múltiplas que em 2007 não existia, já em 2008 já se observa 2 alunos, mas em 2010 esse número cai para 1, o

que é um grande problema, talvez seja necessário uma análise mais ampla para compreender o fenômeno.

Ao se tratar da educação especial, percebe-se que de 2007 a 2010, houve uma queda considerável de alunos, o mesmo ocorre na Educação de Jovens e Adultos, onde esse número é ainda maior, com exceção dos que possuem deficiência visual e auditiva, que teve um pequeno aumento.

[...] as classes especiais e escolas especializadas públicas ou particulares não têm evidenciado os resultados de sua atuação no sistema escolar. Por outro lado, o desconhecimento de seu papel tem acarretado, muitas vezes, sua disfunção, transformando-as em depositários de problemas de aprendizagem detectados nas escolas, contribuindo para solidificar mitos e slogans sobre suas desvantagens e prejuízos. Além disso, tem-lhe sido imputada a função ideológica de discriminação negativa e a dissimulação das dificuldades impostas às crianças das classes populares. Confundida com panaceia para o fracasso escolar produzido, a educação especial tem sua validade posta em dúvida, principalmente prejudicando aos deficientes mentais. Em tal contexto, fica comprometida a realização do direito à educação escolar. Quando muito, permanece a possibilidade de educação como parte de programas de habilitação e reabilitação fora do sistema escolar. O encaminhamento para superar tal situação envolveria de um lado a clarificação do significado de seu papel e do outro uma avaliação objetiva de seu desempenho. (MAZZOTA, 1993, p. 3)

Um dos objetivos do trabalho de inclusão é socializar este aluno e torná-lo parte integrante da turma, e sempre respeitando suas limitações e conhecimento. É preciso uma estratégia por parte de toda equipe pedagógica da escola; isto se aplica o direito a uma educação de qualidade, e a valorização desses alunos, fortalecendo e tendo respeito por limitação, é realmente um grande desafio, pois cada estudante tem sua própria identidade, e não podemos tratá-los como massa; já na escola especial, não há inclusão, escola inclusiva é realmente um grande desafio.

Tanto quanto a classe especial em uma escola regular, a escola especial é um espaço de exclusão social da mesma ordem, guardando-se as proporções de um manicômio. Na ordem social, parece intolerável conviver com os diferentes. Eles ferem profundamente componentes narcísicos da maioria das pessoas. O surgimento de associações de excepcionais, embora demarcante do escancaramento de algo que estava recluso na família, manifesta o desejo de compartilhar socialmente a contingência da excepcionalidade. Entretanto, o surgimento das instituições mantém ou pouco ultrapassa a estagnação de guarda ou assistência por estarem suportadas pelo ônus da culpa de ter gerado na família e na sociedade um indivíduo marcado pela deficiência. Este circuito característico das armadilhas em que se colocam os seres humanos não pode ou pouco pode ser atravessado ou mediatizado pelo pensamento, juízo crítico ou pela capacidade de elaborar e entender situações de quando a aprendizagem é negada sistematicamente nos espaços das escolas especiais, sobrepondo-se um mandato de não aprender. (SÁ, 1993, p.1)

A tabela abaixo nos informa sobre o número de alunos com deficiência, matriculados no Ensino Regular e na Educação de Jovens e Adultos. Mostrando também quantos estudantes não receberam e receberam atendimento educacional especializado de 2006 a 2009. Nota-se que em 2007 a quantidade dos que receberam atendimento especializado cresceu, porém em 2009 caiu para zero. Na Educação de Jovens e Adultos esse número começa a cair em 2007 e em 2008 e 2009, já era zero.

MODALIDADE DE ENSINO DO ANO	MATRÍCULAS DE ALUNOS QUE POSSUEM DEF.	NÃO RECEBE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	RECEBE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
Ensino Regular			
2006	280	212	68
2007	361	258	103
2008	453	387	66
2009	736	736	0
EJA			
2006	172	96	76
2007	73	37	36
2008	42	42	0
2009	72	72	0

Tabela 2: Quantitativo de estudantes com deficiência no Ensino Regular e na Educação de Jovens e Adultos (ibge, censo escolar da educação regular e eja: 2006, 2007,2008,2009 e 2010)

O objetivo destas tabelas é mostrar as mobilizações em prol da Educação Especial Indígena. De acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) do ano de 2010, a população indígena cresceu muito nas últimas décadas, porém pouco se fala sobre melhorar as condições de vida de uma pessoa indígena com deficiência.

Outra característica das escolas especiais é a ênfase no enfoque clínico que se sobrepõe ao pedagógico. Os profissionais destas escolas estão apegados à condição orgânica como definidora de limitações e dificuldades dos alunos com deficiência. Estes alunos costumam submeter-se a um ritual de exames e intervenções terapêuticas que, se não os retira da sala de aula, contribui para restringir as atividades pedagógicas. Nem sempre se verifica - como seria desejável - o intercâmbio produtivo entre profissionais da saúde e da educação e ainda menos em termos de sistema interinstitucional. As escolas tornam-se redutos isolados com pouca autonomia e poder de articulação. Esta situação forja um modelo assistencial e educacional, cujos efeitos são significativos na vida de seus beneficiários. (SÁ, 1993, p. 3)

A Convenção sobre direitos das pessoas com deficiência realizada em Nova York em 2007 e promulgada pelo Decreto n. 6.946 de 2009, foi um importante documento para evidenciar as situações enfrentadas por pessoas com deficiência, que estão sujeitas às formas múltiplas de discriminação, em virtude de sua cor, sexo e origem como: nacionalidade, etnia, entre outras. Sendo assim, reconhece a necessidade de promover e proteger os direitos humanos de todas as pessoas com deficiência, inclusive daquelas que necessitam de maior apoio.

Com relação à dificuldade de encontrar trabalhos acadêmicos sobre inclusão de indígenas com deficiência nos deparamos com a falta de material específico, isto se deve exatamente ao silêncio acerca das pessoas com deficiência nas comunidades indígenas que até então não eram mencionadas e também por sempre nos remeter à questão do infanticídio nas aldeias indígenas, que tem sido visto como um tabu no âmbito social. Mas com relação a este tema tão polêmico, já foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 03 de setembro de 2015, o projeto da “Lei Muwaji” (PL 1057/2007), que diz: “qualquer pessoa que sabe de uma criança em situação de risco e não denunciar responderá por crime de omissão de socorro, a pena vai de 1 a 6 meses”, ou seja, nenhuma criança poderá ser sacrificada em solo brasileiro. Essa lei é uma homenagem a uma mãe da etnia suruwara que fugiu de sua aldeia com a filha que sofre de paralisia cerebral.

“Aquilo que não é consequência de uma escolha não pode ser considerado como mérito ou fracasso, diante de uma condição que nos é imposta, é preciso encontrar a atitude certa.”

M. Kundera

3. DIFICULDADES VIVENCIADAS PELOS PROFESSORES DAS ESCOLAS INDÍGENAS E PELOS ESTUDANTES INDÍGENAS COM DEFICIÊNCIA.

Os primeiros passos desta pesquisa, traz a discussão sobre a educação inclusiva na Educação Indígena, entendendo-as como necessárias para o combate à injustiça social e à

exclusão impostas a todos os que sofrem com os processos exclusórios, sobretudo as pessoas com deficiência.

3.1. Concepção metodológica do estudo.

O presente trabalho monográfico utilizou a abordagem da Pesquisa Qualitativa com o intuito de compreender como ocorre o processo de inclusão de estudantes indígenas com deficiência. A partir de nossa análise através de pesquisas bibliográficas identificamos que as dificuldades encontradas por estudantes com deficiência são grandes, elas se tornam ainda maiores para indígenas com os mesmos problemas. Não se pode ignorar o fato de que cada etnia envolve questões políticas, línguas, localização e uma visão de povo peculiar. Ainda há uma lacuna e um longo caminho a percorrer, principalmente porque a deficiência ainda é pouco discutida e se configura como um tabu para muitas etnias.

Desse modo uma abordagem qualitativa nos permite analisar esse fenômeno de forma de maneira reflexiva. Sobre esta questão precisamos considerar

[...] a abordagem qualitativa como sendo “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”. Os principais procedimentos qualitativos, também, focam em amostragem intencional, coleta de dados abertos, análise de textos ou de imagens e interpretação pessoal dos achados. (CRESWELL, 2013, p. 43)

Além de reconhecer a importância da abordagem qualitativa numa pesquisa, consideramos de extrema importância o reconhecimento do indivíduo que enfrenta as situações evidenciadas ao longo da pesquisa, por isso, como forma de dar voz a estas pessoas, realizamos uma entrevista com uma indígena com deficiência a fim de:

[...] reconhecer como legítima a voz daqueles que, tradicionalmente têm tido seu discurso desvalorizado ou ignorado, esse tipo de abordagem rompe com a “objetivação” dos sujeitos, resgatando, através do diálogo, a interação entre pesquisador e participantes da pesquisa, auferindo o papel de protagonistas desses indivíduos historicamente marcados pelo silêncio e exclusão. (ANTUNES, 2012). (GLAT; ANTUNES, 2014, p. 57)

Desse modo, essa perspectiva assume relevância para compreender as situações vivenciadas por estes indivíduos. Além de analisar as dificuldades de uma indígena com deficiência, utilizamos também algumas informações sobre os professores que atuam em

escolas que recebem os estudantes com deficiência, a coleta dessas informações foi realizada através de artigos e sites que demonstram esse cotidiano.

3.2. Caracterização dos sujeitos da pesquisa.

Foi realizada uma entrevista junto a uma indígena com deficiência e também foram coletados relatos de alguns professores que atuam em escolas indígenas. Sobre as informações da pessoa entrevistada, evidenciamos que se refere a uma indígena, Kanhu Hara Kamayura, que atualmente possui vinte anos e vive em Brasília, mas pertencente à comunidade do parque Xingu (MT) da aldeia Ipavu/Kamaiurá, com língua falada Kamayura da família Tupi-Guarani, este povo vive as margens do rio Xingu.

Os kamayuras vivem em sociedade formada por irmãos, aos sete anos a indígena entrevistada, com ajuda dos missionários que estavam na sua aldeia foi levada para Brasília, para tratamento médico, pois, ela não andava e era obrigada a viver em uma oca fora da aldeia por causa de sua deficiência. Vivendo na escuridão por todos esses anos, segundo seu relato havia uma pressão de toda aldeia para que ela fosse morta, pois, acreditavam que ela era amaldiçoada, mas seus pais não aceitavam matá-la, então conseguiram levá-la para Brasília juntamente com sua família, onde foi atendida por uma equipe médica e diagnosticada com distrofia muscular de cintura. Além do seu tratamento ela aprendeu o português e foi levada a uma escola.

Atualmente após de haver terminado o ensino médio, a mesma trabalha no Ministério dos Direitos Humanos, segundo suas palavras não foi fácil, mas ela se sente uma vitoriosa pois conseguiu chegar até onde chegou, e por isso, ela se auto declara, como “a voz que não quis calar, ou a voz que não foi silenciada”.

3.3. Análise de dados e discussões.

As dificuldades vivenciadas pelos indígenas com deficiência são inúmeras e elas perpassam pelo próprio preconceito até a falta de estrutura nas escolas para realizar um atendimento que atenda às necessidades desses estudantes, a fim de compreender os desafios

nesse contexto, Kanhu Hara Kamayura, indígena entrevistada nesta pesquisa, relata que ser deficiente no Brasil é difícil, mas ser indígena com deficiência é muito mais. Ela ainda nos relata as dificuldades encontradas em sua trajetória escolar:

Ser indígena já é uma grande dificuldade, mas ser indígena e cadeirante está num nível de dificuldade um pouco maior, as dificuldades e preconceitos aumentam também, principalmente na escola, uma parte te julga por conta de ser indígena e escuta coisas do tipo “você sabe sobre o que estamos falando?”, “você é indígena e fala e escreve tão bem? Como pode?”, um professor já perguntou para uma amiga se eu sabia falar em português ao invés de perguntar pra mim, na verdade a maioria das vezes são assim, sempre perguntam para as pessoas que estão ao meu redor se eu falou ou sei escrever.

Eu não sei muito gente sabe, mas ser cadeirante no Brasil é uma negócio tão horrível, não por conta da acessibilidade, eu vou em tantos lugares e só vejo escadas e acessos que a minha cadeira não pode passar. Na maioria das escolas que já estudei, sempre tiveram que adaptar alguma coisa para mim, seja a mesa, sala e principalmente o banheiro, nas 5 escolas que já estudei só 2 tiveram o banheiro com adaptações necessárias.

Na minha opinião as maiores dificuldades de ser cadeirante indígena é que sempre vai ter uma pessoa que vai duvidar da capacidade de aprendizagem, acham que a minha cadeira e o meu sangue indígena impedem de eu aprender o que todo mundo entende e faz, fico muito triste quando os professores olham para a minha cadeira e acham que vão ter muito trabalho para explicar as coisas pra mim, muitos já me falaram que não sabiam como iam lidar comigo nas aulas, se falaram devagar para eu entender as coisas, passar menos trabalhos para mim e etc., mas eu sempre mostrei que eu tenho capacidade de fazer tudo o que os meus colegas. (Kanhu, 2018)

Além do preconceito vivido pelos indígenas com deficiência, eles ainda têm que lidar com a desinformação, obstáculos sociais e pedagógicos, professores despreparados, turmas numerosas, falta de transporte, entre outros. Nesse contexto, percebe-se que realmente há um grande problema a ser enfrentado, o que é relatado por Kanhu em sua carta. Atualmente, ela reside em Brasília-DF. Kanu também evidencia que:

Quando eu entrei na escola ainda não sabia falar o português direito, foi muita dificuldade pra mim, pra entender o que as pessoas estavam tentando falar e ensinar pra mim. (Kanu, 2018)

Com relação à questão atitudinal de professores e colegas ela ressalta que:

[...] a minoria porque a maioria me abraçou e ficou, viu que eu era diferente e queria ajudar, mas outros ficaram com receio, indígena o que ela tá fazendo aqui... ainda deficiente né.

[...]a maioria sempre teve muita paciência comigo, mas teve outros que, foi até no ano passado um professor de inglês ele nem falou comigo, falou com uma colega ela sabe fazer alguma coisa? Ela sabe falar? Eu fiquei tipo ué gente eu tô no último ano do ensino médio claro que uma pessoa sabe alguma coisa. (Kanu, 2018)

Como podemos observar nesta entrevista, Kanhu passou por diversas dificuldades, mas em nenhum momento desistiu. O que mais nos chamou a atenção foi o fato da discriminação não só por parte da minoria dos alunos, mas principalmente, por parte dos professores, o que nos surpreende, é: quem deveria incluir e apoiar esses alunos com deficiência, não o faz. Percebemos que a falta de preparo desses profissionais da educação, vai muito além do que pensamos. Kanhu é um exemplo de superação não só para os indígenas com deficiência, mas para a sociedade que ainda sofre com as mazelas da exclusão.

Outro problema é o fato de se associar deficiência com dependência. Assim, muitas pessoas são inferiorizadas, vistas como incapazes e isso faz com que estas pessoas se sintam diminuídas. Muitas vezes, o preconceito começa nas próprias famílias, que se sentem envergonhadas e frustradas. Podemos ver isso no relato de um pai indígena com três filhos surdos, que questiona a condição de seu filho. Segundo ele o filho era motivo de riso entre os vizinhos, a família o desprezava e, ainda, "ele não era ninguém com três filhos". (BRUNO, 2015, p.26).

Nesse caso, a intervenção de um professor preparado e capacitado foi essencial. O pai dizia que, "se seus filhos fossem para a escola, ele nunca mais teria sossego, viria o agente de saúde, a assistente social, os pesquisadores, e ele teria o compromisso de levar e buscar na escola e que não acreditava que uma pessoa surda pudesse ser alguém". Porém, após uma longa conversa com o professor, o pai foi convencido a matricular os filhos na escola, praticamente, deixando à professora a responsabilidade de buscar e levar seus filhos para atendimento médico, procurar ajuda junto à saúde indígena, inclusive para obtenção de laudo médico.

Ainda segundo a autora, o pai precisaria de ajuda financeira porque teria que parar de trabalhar a fim de levar e buscar seus filhos na escola. Com isto observamos que em determinadas situações a família precisa de um suporte por conta da insegurança dos pais, além da questão cultural e das dificuldades financeiras. Finaliza a autora, afirmando (BRUNO, 2016, p. 27) "que há um longo caminho a percorrer, em razão de fatores como a desistência, a mobilidade e o descaso para com as políticas públicas".

Outro relato atribuído a um professor foi encontrado em uma reportagem sobre professores indígenas do Acre que preparam estes profissionais para atuar com estudantes indígenas com deficiência. Além da formação de professores foi necessário um esclarecimento feito a diferentes etnias, sobre a legislação dos direitos dos indígenas com deficiência para frequentar as aulas. Conforme o relato, na aldeia *Poianavas* é feito atendimento da educação

especial a oito alunos com deficiência, mas em um turno oposto ao das aulas regulares e, mais uma vez, depara-se com a questão linguística, pois muitos na aldeia não falam o Português.

Nas palavras do professor observamos a dificuldade em realizar o trabalho pedagógico: “eu dou assistência a todos, e faço o que posso. Pego até barco para ir à casa de um aluno que tem deficiência motora e é difícil para ele vir a escola”. (ROVENIA, *Jornal do Professor*, 2018, s.p) O que se pode observar é que as dificuldades enfrentadas pelos professores são muitas, dentre elas a distância, pois, em várias aldeias, o acesso se dá exclusivamente por barco.

Apesar de todas essas dificuldades, os alunos conseguem avançar nas etapas subsequentes, como bem nos relata a professora Marcilene Porracai, que há três anos presta atendimento a oito alunos com deficiência na escola Ixubay Rabui Puyanawa, da aldeia dos *Poianavas*, localizada no município de Mecânico Lima, a 650 km da capital Rio Branco. Segundo ela, “com o curso de formação, amor, carinho e respeito aos limites de cada um, eles vão aos poucos avançando e conseguindo passar de ano”.

Segundo Darci Nicácio, coordenadora do Núcleo de Apoio Pedagógico à Inclusão (NAPI), da Secretaria de Educação do Estado do Acre, relata que em breve a comunidade *poianavas* será poliglota, pois além da língua materna, os indígenas, falarão o Português, o Inglês e, agora, Libras. Outras aldeias também estão aderindo à inclusão, embora não seja algo fácil, pois nem todos os indígenas falam o Português, como bem explica Ursula Maria Maia, Coordenadora de Educação Especial no Estado do Acre: “mas não é fácil, muitos não falam o português é preciso um intérprete para explicar a importância da inclusão, de não deixar ninguém de fora.” (ROVENIA, 2018, s.p)

Observando as discussões acerca da educação especial indígena, percebe-se que o que se espera é uma ampliação da compreensão da educação inclusiva, expandindo a perspectiva que insere a educação indígena. Com isso o entendimento que se tinha antes sobre inclusão é mudado. Identificamos também que as dificuldades enfrentadas pelos profissionais que trabalham com a educação especial, seja ela indígena ou não, são muitas, e estas, se referem principalmente a pouca formação destes profissionais.

Com relação aos estudantes indígenas com deficiência, este processo é complicado, pois além de terem que conviver com as dificuldades do dia a dia, estes precisam lidar com o fato de que historicamente foram marginalizados e invisibilizados. Infelizmente a sociedade ainda encontra dificuldade em dar valor à diferença. Com isso precisamos lutar contra atitudes que buscam desconsiderar a heterogeneidade.

*“Ser indígena já é uma grande dificuldade,
mas ser indígena e cadeirante
está num nível de dificuldade
um pouco maior.”
Kanhú, 2018*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que o preconceito versus a deficiência é uma questão milenar e que sempre foi ignorada ou mesmo escondida, mas o fato é que o processo de inclusão de pessoas com deficiência é crescente na contemporaneidade. Sabe-se que este processo é um longo caminho a ser percorrida e que as ações para enfrentar essas situações precisam ser realizadas pelo poder público através de programas e políticas que possam assegurar este direito. Para isso, deve-se reconhecer, em primeiro lugar, que o problema existe para então analisar todas as possibilidades que contribuam para mudar tais situações.

Em relação à discriminação que os docentes realizam aos estudantes indígenas com deficiência, pode-se dizer este problema é resultado da falta de formação continuada desses

profissionais, pois que as políticas públicas não investem em capacitação o contribui na falta de preparo deste profissional para lidar com as necessidades específicas de estudantes.

É preciso verificar e estudar, em cada cultura, a questão da inclusão, já que, para alguns povos, as crianças com deficiência são vistas como uma maldição, um castigo de Deus. Vale ressaltar que tal percepção não se restringe às etnias brasileiras. Em países outros países, ditos desenvolvidos existem uma perspectiva semelhante.

Se um empenho político e social por parte das autoridades essas questões que muitas vezes parecem sem solução e sem respostas, poderão ser resolvidas, inclusive com melhores condições de vida dos indígenas com deficiência, que já são discriminados pelo simples fato de serem indígenas.

Não obstante os avanços das políticas públicas em favor da escolarização e da inclusão dos indígenas com deficiência ocasionou, mesmo que em passos lentos, a inclusão destes estudantes, porém percebe-se que muitas ações, principalmente no âmbito de estrutura, formação de professores e sensibilização dos profissionais que atuam nessas instituições precisam ser realizadas.

Queremos concluir esta pesquisa reconhecendo a necessidade de se investigar mais este processo, pois verificamos uma incipiência com relação as pesquisas nessa temática, defendemos que as pesquisas precisam evidenciar as necessidades deste público-alvo, “em outras palavras, não apenas pelo olhar do pesquisador ou daquelas que falam por eles, mas a partir de uma visão de mundo dos que vivenciam esta realidade.” (GLAT; ANTUNES, 2014, p. 57).

A partir desta pesquisa chegou-se à conclusão de que ainda há muito que se realizar no que diz respeito à inclusão indígena. As dificuldades enfrentadas por eles são muitas, mais do que poderíamos imaginar, não somente por serem deficientes, mas também pelo fato de serem indígenas. Necessitamos não só de políticas públicas que, muitas vezes, só existem no papel, mas, também de professores capacitados para essa função.

REFERÊNCIAS

ALT, Vivian. **Como o Preconceito Exclui Pessoas Com Deficiência**, 2015, disponível em: www.diariodainclusaosocial.com – acesso em 22 de julho de 2018 às 23:50 min.

BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco José Carvalho. O analfabetismo no Brasil: lições da história. Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara/SP, v. 21, n.01, p. 24-46, 2017. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.22633/rpge.V21.n.1.2017.9986>>.ISSN: 1519-9029

BRUNO, Marilda Moraes Garcia; OLIVEIRA, Ozerina Victor. **EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, DIFERENÇA E DEFICIÊNCIA: (RE)PENSANDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**, Editora UFMS, Campo Grande, MS, 2015.

www.brasil.antropos.org.uk/ethnc.profiles/profiles-k/240-125-kamayura

acesso em 10 de outubro de 2017 às 19:01 min.

CRESWELL, John W. ; PLANO CLARK, Vicki L. **Pesquisa de métodos mistos**; tradução: Magda França Lopes; revisão técnica: Dirceu da Silva. – 2. ed. – Porto Alegre: Penso, 2013

www.cimi.org.brhttps – acesso em 22 de setembro às 23:48 min.

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002078.pdf> –acesso em 29 de agosto de 2019 às 16 horas

www.educabrasil.com.br/declaração-de-salamanca 20 de agosto de 2019 as 10:23 min.
[www.files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO-](http://www.files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO-EDUCACAO/MARIA%20GORETTI%20DA%20SILVA%20MATTOSO.pdf)

EDUCACAO/MARIA%20GORETTI%20DA%20SILVA%20MATTOSO.pdf – acesso em 24 de novembro de 2018 as 18: 22 min.

www.folha.vol.com.br – acesso em 15 de agosto de 2019 as 14:25 min.

www.funai.gov.br – 22 de novembro de 2017 as 20:33 min.

www.gepec.ufscar. - acesso em 18 de fevereiro de 2019 as 18:33 min.

www.google.com.br/search?q=www%2Cscielo.br&oq=www%2Cscielo.br&aqs=chrome..69i57.22073j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8 – acesso em 18 de fevereiro de 2019 as 15:00 hrs
www.google.com.br/search?q=escolariza%C3%A7a~de+indigenas+com+deficiencias+nas+aldeia+de+dourados+marilda&oq=escolariza%C3%A7a~de+indigenas+com+deficiencias+nas+aldeia+de+dourados+marilda&aqs=chrome.69i57.33722j1j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8 – acesso em 11 de março de 2019 as 22:46 min.

www.google.com.br/search?q=coneei+2018&oq=coneei&aqs=chrome.1.69i57j0i5.10524j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8 acesso em 17 de outubro de 2018 as 21:45 min
www.mec/inep censo escolar da educação básica: microdados 2007, 2008, 2009, 2010. OBS: modalidade de ensino. - acesso em 04 de julho de 2019 as 22:54 min.

NUNES, Regina d'Oliveira de Paula. (org.). **Novas trilhas no modo de fazer pesquisa em Educação Especial**. – São Carlo: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2014.

BRASIL. **Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Lei 13146 de 06 de julho de 2015.

_____**Lei 9394-96 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases**
www.presrepublica.com.br/legislação/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei9394-96 – acesso em 25 de agosto de 2019 as 15:00 hrs

_____**Projeto de Lei PL 1057/2007 dia 03 de setembro de 2015.**
www.camara.leg.br>..>Projetos de Lei e Outras Proposições acesso em 23 de agosto de 2017 às 23 horas.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

ROVENIA, Amorim, Professores indígenas do Acre fazem curso para dar chance de estudo a crianças com deficiência, 2018, Jornal do Professor, disponível : portal.mec.gov.br/component/tags/tag/31871?start=80 – acesso em 28/10/2019 às 10:30 min.
www.scielo.br/pdf/es/v33n120/07.pdf fhttp://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/07.pdf - acesso em 17 de outubro de 2018 as 22:35 min.

SÁ, Elizabet Dias. **Escolas Especiais e Papel dos Educadores**. 1993, disponível em: www.bancodeescola.com/educacao.htm, - acesso em 27/10/2019 às 14 horas

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais ser bonzinho na sociedade inclusiva**, Rio de Janeiro: WVA, 1997.

ANEXOS

1. Autorização para entrevista.

AUTORIZAÇÃO

Eu, Kamhu Rata Kamayura, portador(a) de cédula de identidade n. 240390, CPF n. 038.27356192, autorizo a gravar em áudio e veicular minha imagem e depoimentos em qualquer meio de comunicação, para fins didáticos, de pesquisa e divulgação de conhecimento científico, sem qualquer ônus e/ou restrições.

Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos de veiculação, não recebendo, para tanto, qualquer tipo de remuneração.

Brasília, 31 de julho de 2019.

Kamhu Rata Kamayura